

Ao Director da Revista Portuguesa de Clínica Geral

A Medicina Geral e Familiar (MGF) é uma especialidade médica com enquadramento epistemológico actuante e moderno; a sua amplitude abrange e integra as ciências biológicas, clínicas e comportamentais. Exerce-se através de uma *praxis* de âmbito alargado, ao englobar ambos os sexos e todas as idades, bem assim como todos os órgãos, sistemas e entidades clínicas. Assim, providencia cuidados continuados e exaustivos aos indivíduos e às famílias, cimentando uma perspectiva holística da Medicina, com fortes preocupações de índole sociológica. Os Clínicos Gerais/Médicos de Família não se limitam a tratar pacientes; preocupam-se com as pessoas.

Na primeira metade do séc. XX, com a emergência das principais especialidades, o Médico que exercia a sua actividade no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários (CSP) não recebia qualquer formação específica; pensava-se que tal actividade estaria ao alcance de qualquer licenciado... Já em 1930 era verificável que a ênfase colocada na tecnologia havia provocado a deterioração da relação Médico-Paciente: a necessidade de «um novo generalista» tornou-se evidente, levando à definição, nos anos 50 e simultaneamente em vários países desenvolvidos (EUA, Canadá, Reino Unido, Holanda, Austrália e outros), dos requisitos a que necessariamente deveriam obedecer estes novos especialistas.

Estabelecida a necessidade do Clínico Geral – Médico de Família, e da sua formação, consolidou-se, no mesmo passo, a existência autónoma da MGF como disciplina com um âmbito próprio de actividades, um conjunto definido de atitudes, conhecimentos e aptidões, e uma área própria de docência e investigação.

A evidente necessidade técnica e conceptual de um período específico de formação post-graduada prévio ao exercício da MGF, foi satisfeita através da elaboração de programas adequados de formação, que vieram culminar no quadro actual dos Internatos Complementares de Clínica Geral (ICCG). No nosso país – e com o habitual atraso terceiro-mundista de 20 anos – tal elaboração estribou-se a partir dos anos 80 no trabalho dedicado e permanente dos Institutos de Clínica Geral (enterrados recentemente de forma parolada e invejosa), e das Coordenações dos Internatos.

É esse quadro que se quer agora destruir.

Na prossecução de uma estratégia de desgaste do tecido, já de si tão depauperado, da saúde nacional (incompreensível, excepto num quadro de total ignorância metodológica e/ou de inconfessáveis interesses económicos), um grupo de iluminados, animado quiçá pela facilidade com que foram destruídos os Institutos e

acobertado pelo manto pesado do imobilismo da Ordem dos Médicos, presenteou-nos com um arrazoado que só não é vexatório por ser risível: refiro-me, é claro, à «proposta de reorganização do internato geral e primeiros anos dos internatos complementares» da responsabilidade (???) da secção regional do Norte da Ordem dos Médicos. Tal «documento» evidencia apenas o terceiro-mundismo intelectual dos seus proponentes, imbuídos de um corporativismo malsão e de um reaccionarismo sócio-profissional inacreditável nos nossos dias. Só em Portugal, de facto, seria possível que um grupo de médicos, em pleno dealbar do séc. XXI, demonstrasse tal ignorância em relação à recente história da medicina, e tal receio face à afirmação da Medicina Geral e Familiar, barómetro da evolução civilizacional enquanto interface entre os cidadãos e os cuidados de saúde.

Sendo pura perda de tempo a análise do supracitado pasquim, dada a irrelevância do seu conteúdo, referir-me-ei apenas à sua consequência mais gravosa: a formação de uma leva de jovens e inexperientes profissionais com o «eventual título de clínico geral», a quem se «reconheceria o exercício autónomo da Medicina eventual» (???) «após o 2º ou 3º anos de qualquer especialidade». E assim, «*tout d'un coup*» e sem mais circunlóquios, se acabará com a (residual...) capacidade reivindicativa dos CG/MF (coartando-lhes de novo, e desta feita definitivamente, o acesso à plena expressão da sua maioria profissional) ao mesmo tempo que se cria uma bolsa de «trabalhadores médicos» indiferenciados, aptos a integrar rapidamente o mercado de trabalho – mão-de-obra barata (e isto integrado num contexto já gritante de assimetrias, em que os CG/MF, sendo cerca de 30 % dos médicos, recebem apenas 11 % do total dos vencimentos!) e silenciosa quer política quer profissionalmente. Teremos de novo os famigerados «postos médicos», tão saudosamente recordados na campanha publicitária vigente (quiçá encomendada por – sabe-se lá – alguma nova Fundação para-ministerial...). Claro que tais medidas acolheriam o apoio deliciado dos mais bolorentos avantesmas político-administrativos. E os hospitais, sorvedouro consuetudinário dos dinheiros públicos, poderiam ainda mais impunemente continuar a sua calamitosa gestão, incrementando o descrédito da administração pública e afundando irreversivelmente a saúde dos cidadãos no pântano insensível do «capitalismo liberal», tanto a nível das obras públicas como no âmbito dos interesses específicos dos grandes grupos cuja «vocação para a saúde» de forma lesta se vem manifestando. E tudo, claro, de braço dado com o apetite pouco morigerado de alguns gestores menos preocupa-

dos com a apresentação de contas...

Face a mais esta ofensiva, que fazer? Com os CG/MF titubeantemente equilibrados entre uma prática pública que os inferniza e uma privada que os envergonha, atomizados, abúlicos e desinteressados, fartos de levar pancada de toda a gente, desconfiados dos sindicatos (pouco eficazes, incapazes de se unir e com fraca representatividade da MGF), mal representados por uma Associação ingenuamente (na melhor das hipóteses...) fascinada pelo poder dito socialista e imbuída de um aparentemente perene espírito colaboracionista, quem é que vai congrega os esforços daqueles que estão prontos a lutar contra mais esta ofensiva (demolidora, se levada à prática – e não tenham dúvidas: temos ministério para isso!!!)? Será o Colégio de Especialidade de Medicina Geral e Familiar, cujo silêncio cúmplice ecoa atroadamente?

Quanto a mim, fico ainda à espera de um novo alento. Talvez não seja tarde para que uma vaga-de-fundo leve os CG/MF portugueses a apoderarem-se da sua própria história. Várias iniciativas imediatas são de encarar: criar uma «*task-force*» englobando colegas das Coordenações, dos (dois!) sindicatos, da APMCG, da Associação de Médicos Independentes, e (até...) do Colégio, para além de independentes; promover a transformação do próximo Encontro de Vila Moura numa ampla e definidora reunião magna dos CG/MF de todo o País, eliminando todo o programa e dedicando o Encontro exclusivamente à refundação da Carreira; promover a criação de um sindicato nacional de Médicos especialistas em MGF; e outras que por certo não faltarão a todos os que querem, de facto, lutar consequentemente por uma prática de que nos possamos orgulhar.

A MGF internacional proclama que a evolução da Medicina no sentido da progressiva especialização atingiu o seu ápex no momento em que corria o risco de tornar-se num «*no man's land*» tecnológico; as dificuldades que mais uma vez (!!!) sentimos neste nosso cantinho ibérico provêm do facto de a nossa Administração, sempre, o «*establishment*» médico, frequentemente, e a sociedade, muitas vezes, não estarem ainda preparados para essa proclamação.

Monchique, Dezembro de 2000

Lúis Filipe R. A. Gomes
Médico Especialista (MGF)
Orientador de Formação (ICCG)